

Sinais de disposição dos credores do Brasil para acordo provisório

por Cristino Borges
do Rio

As indicações dadas pelos bancos credores são de que há disposição de eles firmarem um acordo provisório com o atual governo brasileiro, no prazo suficiente para o conhecimento do novo presidente da República. "A liberação de alguns projetos por parte do Banco Mundial (BIRD) é um sinal de que as condições econômicas do País não são tão ruins. Isso é muito importante para o posicionamento dos bancos credores", disse, ontem, a este jornal, o presidente do Forex Club (entidade internacional que reúne operadores de câmbio, com representação em 98 países), Ricardo Azen.

"O nosso desejo é continuar a investir na economia brasileira, escolhendo os projetos e os parceiros

adequados", disse o diretor-geral, no Brasil, do Banco Paribas, credor do País, Jean-Pierre Simonnot. Ele adiantou que existe um projeto referente ao acordo externo visando melhorar as condições da dívida brasileira. Simonnot ressaltou que não há possibilidade de fornecimento de dinheiro novo, porque "ninguém sabe se haverá nova moratória com o próximo governo. As dificuldades atuais são passageiras. Confiamos na economia brasileira", acrescentou ele.

O diretor executivo do Forex Club, Carlos Eduardo Sobral, ponderou que um acordo externo de curtíssimo prazo para a transição do governo poderá incluir o ingresso de dinheiro novo ou a protelação do pagamento dos juros, previsto para setembro.

"Todo mundo gosta da brincadeira de faz-de-conta. Finjo que pago. Finjo que recebo. A permissão para atrasar o pagamento dos juros até o próximo governo é aceitável pelos credores, embora eles possam não ficar satisfeitos com essa alternativa. Mas na medida em que não há outra solução ela é preferível a um confronto, como ocorreu com a moratória", disse Sobral.

Simonnot não se mostrou favorável à concessão de perdão da dívida externa, mas admitiu que é possível um acordo geral, "de boa-fé" de ambos os lados. "Tudo é uma questão de credibilidade", afirmou ele. Sobral também destacou a necessidade de o País manter o nível das reservas cambiais em US\$ 6 bilhões. A centralização do câmbio permitiu esse controle e foi

uma medida correta, avaliou Azen. "Com isso, ganha-se tempo para respirar e armas para negociar", acrescentou.

Sobral lembrou que a redução de 180 para apenas 30 dias do prazo das linhas de curto prazo, que financiam o comércio exterior, já é um reflexo do vencimento do prazo no pagamento dos juros de US\$ 2,3 bilhões, em setembro próximo. "Essas operações nunca foram afetadas por medidas adotadas pelo governo brasileiro, como a centralização do câmbio e a moratória. Todas as linhas dos bancos estrangeiros fornecidas aos bancos privados brasileiros foram mantidas normalmente, mesmo porque a remuneração a quem empresta é bem lucrativa e os compromissos são honrados", disse Sobral.